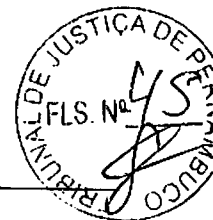




PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**HABEAS CORPUS** N° 0192605-2  
**COMARCA:** Arcoverde (1ª Vara)  
**IMPETRANTE:** Evandro Tenório Britto  
**PACIENTE:** **Evandro Tenório Britto**  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**PROCURADORA:** Eleonora de Souza Luna

216

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO ATRIBUÍDO AO PACIENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

I – Ante a complexidade do feito, em virtude da fuga do acusado, que gerou a expedição de precatórias, não se configura o constrangimento ilegal em face do excesso de prazo para a conclusão do Sumário de culpa, estando o processo a se desenvolver dentro da razoabilidade.

II - A necessidade da custódia cautelar, *in casu*, fundamenta-se na garantia da ordem pública, estando presentes à materialidade do crime e os indícios suficientes de autoria.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

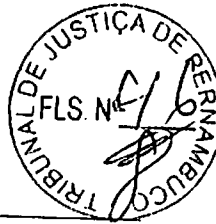
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0192605-2, no qual figura como paciente **EVANDO TENÓRIO BRITTO**. Acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 05 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**HABEAS CORPUS** N° 0192605-2  
**COMARCA:** Arcoverde (1ª Vara)  
**IMPETRANTE:** Evandro Tenório Britto  
**PACIENTE:** **Evandro Tenório Britto**  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**PROCURADORA:** Eleonora de Souza Luna

217

**RELATÓRIO**

**EVANDRO TENÓRIO BRITTO** impetrou *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em seu próprio favor. Preso por força de Decreto de Prisão Preventiva aponta como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Arcoverde/PE, onde responde ao Processo-Crime nº 203.2005.000679-6, juntamente com Genivaldo Alves Pontes, vulgo "Tonho de Rita", por suposta violação aos artigos 121, §2º, inciso IV e 121, §2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, em concurso material, ambos do Código Penal.

O Impetrante sustenta que se encontra recolhido na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru/PE, sem definição de sua situação jurídica, desde 29 de fevereiro de 2008, não tendo, sequer, sido ouvido em juízo ou em Delegacia e em momento algum deu causa ao atraso na conclusão da instrução criminal. Afirmar, ainda, ser primário, ter bons antecedentes, residência fixa e profissão definida (motorista).

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 10/14.

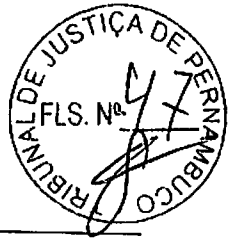
Às fls. 20/21, foi indeferido o pedido liminar, ocasião em que foram solicitadas informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 25/27.

Nesta Instância, a Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do Drª. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer (fls. 26/30), opinando pela **denegação da ordem**.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



218

**VOTO DO RELATOR**

Trata-se de *Habeas Corpus Liberatório*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EVANDRO TENÓRIO BRITTO sob a alegação de constrangimento ilegal da sua liberdade de locomoção, em face da demora na formação da sua culpa, alegando não ter dado causa ao referido atraso e ser possuidor de condições pessoais que favorecem a concessão da Liberdade Provisória. Afirma, ainda, que desconhecia a existência de decreto de prisão preventiva em seu desfavor, por, na época, encontrar-se no Recife, ignorando, também, os termos da acusação que recai sobre si, pleiteando que seja expedido Alvará de Soltura em seu favor.

Vale registrar que o impetrante, ora paciente, subscreve o presente *mandamus* como **EVANDO TENÓRIO DE BRITTO**, enquanto os demais documentos que acompanham os autos, bem como as informações do Juiz processante, fazem referência ao paciente como sendo **EVANDRO TENÓRIO DE BRITTO**.

Consta nas informações prestadas pela autoridade coatora fls. 25/31, que:

"O representante do Ministério Público em 10.05.2005 denunciou de José Genivaldo Alves Pontes, vulgo "Toninho de Rita" e **EVANDRO TENÓRIO DE BRITTO**, vulgo "Evandro Brito", ora paciente, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, Inc. IV, e art. 121 Inc. IV, c/c o art. 14, Inc. II em concurso material, todos do CP, pelo seguinte fato delituoso: em 30.12.2003, por volta das 16:30 horas, os dois denunciados, que estavam transitando em um veículo Kadett, encontraram-se na Rua Armando Siqueira de Britto, nesta Cidade, com as vítimas Luiz Gutemberg de Almeida e Rogério Batista da Silva, que vinham em um veículo Gol Branco. O segundo denunciado (Evandro) solicitou que Gutemberg parasse o veículo, o que foi feito. Neste momento Evandro dirigiu a Rogério e, afirmando "você tá sabendo que vai morrer agora", sacou um revólver, tendo atingido-o por duas vezes nas costas como intuito inequívoco de matar. Rogério saiu em disparada, tendo conseguido sobreviver aos dois disparos que lhe atingiram, após ficar internado no hospital local. Enquanto o segundo denunciado atingia Rogério, o primeiro denunciado (José Genivaldo) saiu do carro e efetuou diversos disparos contra Gutemberg, tendo atingido a vítima na região infra-axilar e causando-lhe a morte. Nenhuma das duas



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



vítimas tiveram possibilidade de defesa, pois forma pegas de surpresa, no meio do trânsito local, em plena luz do dia".

219

O Magistrado monocrático relata ainda que em 16.03.2005 foi recebida a denúncia por constar nos autos prova da existência de crime e indícios suficientes de autoria, ocasião em que, a pedido do Ministério Público, foi decretada prisão preventiva dos acusados pelo fato de terem foragido do distrito da culpa e por ter o impetrante, nesse período, praticado novos delitos.

A citação dos acusados foi realizada por edital e diante do não comparecimento dos mesmos adotou-se as providências do artigo 366 do CPP.

Em 27.03.2008, foi informada a prisão em flagrante do ora paciente EVANDRO TENÓRIO DE BRITTO, por ter infringido o artigo 33, caput da Lei 11.343/06 e artigo 12 da Lei 10.826/03.

Consta também nos autos que foi expedida Carta Precatória à Comarca de Abreu e Lima para interrogatório do paciente, o que não se concretizou porque o mesmo havia sido transferido para Comarca de Caruaru, razão pela qual foi expedida nova Carta Precatória para esta Comarca, objetivando a citação e apresentação de defesa de EVANDRO TENÓRIO DE BRITTO (fls.26).

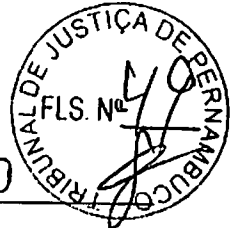
Houve por parte da defesa do Paciente pedido de revogação de prisão preventiva, tendo sido, com fundamento em parecer do Ministério Público, indeferido.

A autoridade coatora conclui informando que o feito está tramitando regularmente, não havendo demora causada por aquele Juízo para a finalização da Instrução.

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento processual – Judwin, verifiquei que o processo 200.2005.000679-6 retornou do Mutirão Carcerário de Arcoverde, com Decisão, no sentido de que o paciente EVANDRO TENÓRIO BRITTO, seja mantido na prisão onde se encontra (doc. Anexo).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



220

Razão não assiste ao impetrante, ora paciente. Muito embora alegue o excesso de prazo, e afirme o constrangimento ilegal pelo não cumprimento do prazo de 81 (oitenta e um) dias para o término na formação da culpa, constato tratar-se de processo de complexo tendo em vista o ora paciente ter sido preso fora do distrito da culpa, o que ocasionou a conseqüente expedição de Precatórias para sua ouvida e das suas testemunhas de defesa.

Assim, o paciente contribuiu com o retardo no trâmite processual, aplicando-se ao caso a Súmula nº 64 do STJ: *"não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa"*.

Ademais, diante das informações do Juiz de 1º grau, entendo que o processo tramita de forma regular, ante as pertinentes justificativas da autoridade coatora, o que afasta o constrangimento ilegal alardeado na inicial. A demora para conclusão do feito está justificada em virtude das circunstâncias da ação penal.

Além do mais, na presente sistemática processual, os prazos processuais não são calculados apenas na forma aritmética, cabendo levar em consideração o princípio da razoabilidade, visto que o prazo para a conclusão do sumário de culpa pode sujeitar-se a variações de acordo com as peculiaridades de cada ação penal.

O impetrante também ressalta sua primariedade e os bons antecedentes, como condições subjetivas favoráveis à concessão da ordem para que tenha o direito de responder ao processo em liberdade.

Todavia, tais condições subjetivas não obstam a decretação da prisão cautelar. No caso concreto presente, com base em elementos concretos existentes na ação penal, está demonstrada a presença dos requisitos necessários para o Decreto de prisão preventiva, em razão da conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal, **pois o acusado fugiu do distrito da culpa por quase 03 (três) anos**, a contar da data em que a denúncia foi recebida (16 de maio de 2005), bem como pela informação trazida pelo Juízo *a quo*, de que o paciente foi preso em flagrante delito por infração ao art. 33, caput da Lei 11.343/2006 e art. 12 da Lei 10.826/03, o que torna explícito que o mesmo possui comportamento



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



221

com inclinação à delinquência, evidenciando-se, assim, a necessidade da manutenção de sua custódia cautelar, nos termos do art. 312, do CPP.

Nesse mesmo sentido decidiu o STJ:

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVAS DA MATERIALIDADE. INOCÊNCIA. EXAME VEDADO NA VIA RESTRITA DO WRIT. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECRETO FUNDAMENTADO. PACIENTE AINDA FORAGIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Havendo provas da materialidade e indícios suficientes da autoria delitiva, preenchidos se encontram os pressupostos para a medida constritiva, que não exige prova cabal da última, reservada à condenação criminal.

2. A alegada inocência do paciente é questão que demanda aprofundado exame de provas, o que é vedado na via estreita do remédio constitucional.

3. A fuga do paciente do distrito da culpa, que perdura até os dias atuais, é motivação suficiente a embasar a manutenção da custódia cautelar ordenada para a garantia da instrução criminal e para a aplicação da lei penal.

4. Condições pessoais, mesmo que realmente favoráveis, não teriam, em princípio, por si sós, o condão de garantir a revogação da prisão preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

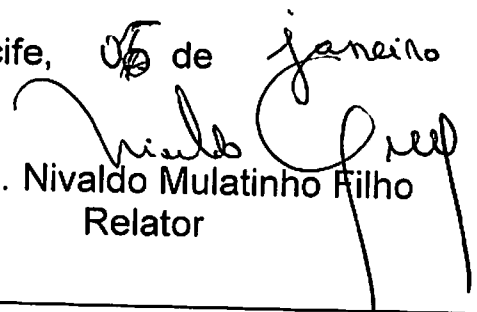
5. Ordem denegada.

(HC 101.600/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/2008, DJe 24/11/2008)

Pelo exposto, e, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, **denego a ordem**.

É como voto,

Recife, 05 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator